Intervenção

Ministro dos Assuntos Parlamentares

25.Mar.2026 | Assembleia da República

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Uma das tentações mais comuns na política consiste no esforço de imaginar a configuração dos factos como queremos que estes sejam em vez de lidarmos com aquilo que a realidade efetivamente é.

Não podemos permitir que a crise atual se venha a consubstanciar num desses momentos.

O nosso ponto de partida é difícil, até angustiante: o impacto sobre o custo de vida dos portugueses de uma guerra que não era previsível, que Portugal não desejou e em que não participa, mas da qual, infelizmente, resultam consequências económicas pesadas.

Também estas **imprevisíveis** na sua duração e, nesta hora, impossíveis de calcular na dimensão da sua gravidade e efeitos colaterais.

E é precisamente por causa disso que **o Governo recusa soluções fáceis ou imediatistas, geradas no alarmismo e filhas da precipitação.**

As nossas respostas serão sempre **ponderadas, gizadas na consideração dos múltiplos fatores de interesse público que a responsabilidade democrática da governação exige**.

Tudo o que fizemos até agora e as medidas que viermos a tomar nos tempos em que esta crise permanecer serão pautadas pelo rigor ditado pela **prudência estratégica**, sempre acompanhada do **sangue-frio** indispensável àqueles que têm o dever de decidir nas horas de ânsia e de pouca bonança.

Porque este Governo sabe uma verdade que tem por essencial: **quando os choques são externos, a pior resposta possível será aquela que resulta dos ímpetos do voluntarismo interno.**

Mas isso não consente qualquer desatenção ou desfasamento da realidade, antes pelo contrário.

A escalada de preços que hoje enfrentamos não nasceu em Portugal. E perante as presentes dificuldades, há duas formas

de agir: **ceder à tentação do curto prazo ou proteger o país no médio e no longo prazo.**

O Governo escolheu proteger o país. Hoje e no futuro.
E escolheu fazê-lo com base numa evidência que hoje é reconhecida dentro e fora de portas: **Portugal é, neste momento, uma âncora de credibilidade fiscal.**

As principais agências de *rating* confirmaram-no. As instituições internacionais reconhecem-no. E ainda ontem, a Moody's sublinhou precisamente isso: Portugal é um exemplo de estabilidade, previsibilidade e confiança orçamental, mesmo num contexto de crescimento moderado.

É isto que nos permite agir e ter margem para apoiar as famílias sem comprometer o futuro.

Permite-nos responder aos choques sem perder o controlo. Permite-nos garantir que cada medida tem impacto, e não apenas efeito mediático.

Porque os bons resultados económicos e financeiros não são um fim em si mesmos. São uma condição de ação. E os números são claros.

Portugal regista excedentes orçamentais consecutivos: 0,9% em 2024, e uma margem confortável-em 2025, mantendo-se uma trajetória positiva em 2026.

O saldo primário mantém-se robusto, acima dos 2,8%.
A dívida pública caiu abaixo dos 90% do PIB pela primeira vez em mais de uma década. Temos os níveis de empregabilidade em máximos históricos e o desemprego encontra-se em mínimos de cerca de 6%. O investimento está a acelerar, com crescimento projetado de 5,5% em 2026.

E a carga fiscal está a descer de forma sustentada, atingindo o valor mais baixo dos últimos anos.

Isto são factos.
Os portugueses podem confiar em nós – não vamos comprometer agora o que foi conquistado nos dois últimos anos.
Porque, insistimos, há uma diferença entre agir e reagir.

Reagir reduz-se a seguir a pressão e a ansiedade do momento. Agir é proteger as pessoas com base numa estratégia ponderada e responsável.

E é precisamente isso que o Governo está a fazer - apoiar quem mais precisa, com medidas proporcionais e temporárias.
Preservar o poder de compra, sem alimentar novas pressões inflacionistas.
Garantir estabilidade nos mercados, evitando sinais erráticos que agravem o problema.

Senhoras e Senhores Deputados,

Neste debate, uma vez mais, assistimos à defesa pueril do imediatismo das respostas. Ouvimos o elogio fácil da imitação de exemplos alheios, como sabemos, muito mais ditados pelas aflições políticas internas do que baseadas em critérios de ponderação e de responsabilidade governativa.

Novamente escutamos apelos estridentes a que se prometa tudo, sem explicar como.

Contudo, nunca o esqueçamos, em política económica, cada uma das decisões tomadas hoje terá inevitáveis consequências amanhã.

Para nós, AD, a política financeira e económica foram sempre prioridades porque são a mais sólida garantia da

sustentabilidade do Estado Social e do bem-estar dos portugueses.

Nesta hora de crise internacional, **Portugal pode continuar a confiar no seu Governo.** O que está em causa não é apenas responder a um aumento de preços, mas sim garantir que Portugal não perde o equilíbrio que lhe permite as respostas necessárias em cada momento.

Foi esse equilíbrio que nos permitiu reduzir juros, aliviar a carga fiscal, proteger o emprego.

E será esse equilíbrio que nos permitirá ultrapassar este novo contexto.

Com prudência. Com consistência. Com confiança.

E é isso que os portugueses esperam.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Portugal não está imune às agruras destes tempos em que estamos.

Mas que ninguém se iluda - com este Governo também não está, nem nunca ficará, à deriva ou sujeito aos solavancos dos acontecimentos.

Este Governo não governa para o ciclo mediático, mas sim para precaver e resolver os problemas reais das pessoas. Os que agora nos assolam, bem como aqueles que poderão decorrer do eventual prolongamento desta crise geopolítica.

É isso que continuaremos a fazer. Com prudência e sem aventureirismos. Com responsabilidade e sem hesitação.

Porque sabemos que este é o caminho que garante o bem-estar dos portugueses - a nossa prioridade de sempre.

Muito obrigado.